

Centrinho proporrá não definição para empresa nacional

Não cabe à Constituinte definir o conceito de empresa nacional. A lei ordinária definirá quais são as empresas que devem receber incentivos. Esta foi a conclusão a que chegaram os integrantes do Centrinho, ou Grupo de Entendimento, que reúne parlamentares de todos os partidos. Na reunião realizada ontem para discutir os pontos polêmicos que receberão emendas do grupo ou individualmente, o Centrinho decidiu pela não-definição de empresa nacional por entender que elas devem ter tratamento diferenciado.

De acordo com um dos integrantes do grupo, deputado José Maria Eymael (PDC-SP), a decisão de remeter à lei que então decide, é muito mais progressista que a proposta do Centrão, na qual empresa nacional é aquela cujo capital está nas mãos de pessoas físicas domiciliadas no País. Ainda no capítulo da Ordem Econômica, o grupo apresenta emenda pedindo a supressão do artigo aprovado pela Comissão de Sistematização, que estatiza a distribuição dos derivados de petróleo, com ressalva para os contratos de risco.

O Centrinho chegou ainda a um consenso na questão da reforma agrária. O grupo manterá o texto aprovado na Sistematização por considerá-lo adequado. O que estabelece que a União desapropriará o imóvel para reforma agrária que não esteja cumprindo sua função social, mediante indenização em títulos da dívida agrária. Outro ponto da Ordem Econômica fechado ontem pelo Centrinho diz respeito à mineração: a lei é que deverá estabelecer a condições em que a lavra é realizada, sem restrição ao capital nacional ou estrangeiro, exceto em terras indígenas ou nas faixas de fronteira, onde só devem atuar empresas nacionais.

Estoque

Na área dos Direitos Sociais, o Centrinho acabou acatando proposta da estabilidade semelhante à do Hércules IV, elaborada pelo Grupo dos 32, na qual a relação de emprego é protegida contra a despedida arbitrária do trabalhador. O grupo tendia inicialmente, encampar a emenda de

Eymael, que estabelecia: a relação de emprego é protegida contra a despedida arbitrária, nos termos da lei, que assegurará, sem prejuízo de outros direitos, indenização comendatória, proporcional ao tempo de serviço e majorada quando a rescisão do contrato de trabalho ocorrer nos dois primeiros anos".

Eymael, no entanto, insiste em apresentar esta emenda individualmente, como uma espécie de "estoque" para possíveis negociações em plenário, quando for discutida a estabilidade. Ele revela que sua emenda só não foi aceita, por causa da expressão "sem prejuízo de outros direitos". Contudo, o deputado entende que outras medidas de proteção do emprego, que não a estabilidade, devem ser criadas. Cita como exemplo, a criação de incentivos para se evitar a rotatividade, como dedução maior do imposto de renda, com relação à folha de pagamento, para empregados com mais de cinco anos de casa.

Bolsas

O Centrinho também chegou ao consenso no capítulo da Educação, com relação às bolsas de estudo. O grupo apresenta emenda na qual a bolsa de estudo é uma das formas de garantia de acesso democrático ao estudo, inclusive do ensino privado. No capítulo da Previdência Social, o grupo vai tentar modificar o texto aprovado na Sistematização, que determina aposentadoria com salário integral. O Centrinho propõe que o salário de contribuição integral seja assegurado através da permanente atualização de seu valor.

Em outra emenda, desta vez nas disposições transitórias, o grupo estabelece que haverá uma gradual revisão na defasagem dos valores atuais das aposentadorias, para que fiquem nas mesmas condições daqueles que se aposentaram agora, já beneficiados pela nova medida. Já está também praticamente acertado, pelo grupo emenda na qual por ocasião da morte do trabalhador da iniciativa privada, a viúva poderá ter direito a receber a integralidade do salário-benefício.

Grupos tentam selar últimos entendimentos

O fim de semana será de muita conversa e trabalho para os diversos grupos da Constituinte. O prazo para apresentação de emendas encerra-se na quarta-feira e vários parlamentares já elaboram novos dispositivos para o projeto de Constituição e buscam acertar com os diferentes grupos na tentativa de um acordo sobre os pontos considerados polêmicos.

José Maria Eymael, deputado pelo PDC de São Paulo, afirma que o seu grupo, conhecido como o do Entendimento, já fechou suas principais propostas, que serão transformadas em emendas e apresentadas até a próxima quarta-feira. Neste fim de semana, o Entendimento se reunirá com os integrantes do Grupo dos 32 em busca de pontos comuns.

No Grupo dos 32, a disposição é a mesma. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) garante que será um fim de semana de conversa. O seu grupo já tem um projeto pronto, o chamado Hércules IV, que será levado ao Entendimento e ao Centrão em várias reuniões hoje e amanhã e até a quarta-feira.

Emendas conjuntas

No Centrão, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) garante que o seu grupo está disposto a conversar. Ele afirma que há muitos pontos coincidentes entre o Centrão e os 32 e por isso não haverá dificuldades entre eles para um acordo na defesa das emendas em plenário.

De acordo com Daso Coimbra, o próprio Regimento Interno da Constituinte, votado na última terça-feira, facilita a ação conjunta dos grupos suprapartidários no plenário, na medida em que permite a apresentação de emendas em conjunto. A mesma possibilidade é lembrada pelo deputado Eymael, para quem a medida vai facilitar o entendimento entre os diversos grupos suprapartidários. Segundo o parlamentar, as conversações deverão continuar até a votação em plenário de cada título do projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização.

PT critica

O vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), criticou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros, que ao justificar seu encontro com parlamentares do Centrão, afirmou só discutir com quem detém o poder. Genoíno, da tribuna da Constituinte, respondeu, em nome do seu partido e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), as declarações do líder sindical.

So charutos



"Só quero ficar com objetos pessoais como charutos e cigarros", disse o governador Miguel Arraes ao chefe do cerimonial do Palácio das Princesas, Ina Coimbra, após determinar o tombamento para o Estado de todos os presentes de valor que recebeu no final do ano, inclusive os dados por pessoas amigas. Entre os presentes figuram desde esculturas argentinas a objetos de cerâmica produzidos por artesãos pernambucanos.

Nome do PMDB

O presidente da Associação Brasileira das Capitais, Jarbas Vasconcelos, que é também prefeito do Recife, disse que não concorda que da reunião dos "históricos" do PMDB, hoje, saia um candidato à Presidência da República "porque o nome tem que surgir do partido e não de grupos ou facções...". Ele condenou também a tese das eleições gerais, seja em 88 ou em 89, afirmando que é a favor do cumprimento do calendário eleitoral e do encurtamento do mandato do presidente Sarney para quatro anos.

Eleição geral

A emenda do deputado Hércules Fortes (PMDB-PI) propondo eleições gerais em todos os níveis, de vereador a Presidente da República, no dia 8 de setembro de 1989, com posse no dia 15 de novembro, deverá ser apresentada terça-feira próxima, segundo seu autor.